

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2005.
O resultado positivo apresentado no 1º semestre de 2005 é reflexo da estratégia de lançamento de produtos voltados às necessidades específicas dos clientes, ao baixo custo com despesas administrativas e de comercialização dos produtos, à automação e simplificação dos processos para aquisição dos seguros e, principalmente, ao esforço das equipes de vendas do Banco do Brasil.
No 1º semestre de 2005 a Companhia registrou prêmios diretos de R\$ 537 milhões e lucro líquido de R\$ 89 milhões, incrementos de 11% e de 49%, respectivamente, sobre o mesmo período do ano anterior.

O resultado das operações de seguros cresceu de R\$ 80 milhões para R\$ 121 milhões, uma variação de 51%, e o resultado financeiro atingiu R\$ 58 milhões, representando um crescimento de 37% em relação ao 1º semestre de 2004.
O primeiro semestre de 2005 foi marcado pela continuidade da elevação da taxa básica de juros pelo Banco Central, que passou de 17,75% a.a. ao final de 2004 para 19,75% a.a. em junho de 2005, o que contribuiu para o aumento do resultado financeiro da Companhia.
O índice combinado teve melhoria no período, passando de 92% em 2004, para 89% em 2005, e o índice combinado ampliado passou de 84% para 80%.
Com base no lucro apurado no semestre, a Administração propôs o pagamento de R\$ 80 milhões aos acionistas.

sendo R\$ 10 milhões a título de juros sobre o capital próprio e R\$ 70 milhões a título de dividendos intermediários. Em atendimento à Circular SUSEP nº 295, de 14 de junho de 2005, a Companhia mantém na categoria "mantidos até o vencimento" títulos e valores mobiliários que considera ter capacidade financeira e intenção de manter até os seus respectivos vencimentos.
A Administração da Companhia de Seguros Aliança do Brasil agradece a seus clientes, acionistas, conselheiros, aos dirigentes e funcionários do Banco do Brasil, da BB-Corretora e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, aos seus funcionários, colaboradores e parceiros pelo apoio, dedicação e confiança demonstrados.
São Paulo, 10 de agosto de 2005
A. Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	2005	2004
ATIVO		
CIRCULANTE	805.020	760.750
Disponível	5.223	2.072
Contas e bancos	643.213	621.591
Aplicações	159.447	137.087
Quotas de fundos de investimentos	556.010	461.169
Outras aplicações	106	1.053
(-) Provisão para desvalorização	(108)	(178)
Créditos das operações com seguros e resseguros	85.404	79.026
Prêmios a receber	72.395	64.375
Operações com seguradoras	6.246	6.416
Operações com resseguradoras	8.114	10.199
Outros créditos operacionais	1.904	991
(-) Provisão para riscos de créditos	(3.779)	(2.955)
Títulos e créditos a receber	37.302	27.096
Títulos e créditos a receber	9.296	7.144
Créditos tributários	27.548	19.145
Outros créditos	658	807
Créditos tributários	110	78
Outros valores e bens	110	78
Bens vendida	110	78
Despesas antecipadas	6.237	4.610
Operacionais	6.237	4.610
Administrativas	156	196
Despesas de comercialização diferidas	27.031	26.277
Operacionais	27.031	26.277
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	347.378	183.053
Aplicações	122.376	18.667
Títulos de renda fixa	102.192	18.647
Quotas de fundos de investimentos	20.179	-
Outras aplicações	52	49
(-) Provisão para desvalorização	(29)	(29)
Títulos e créditos a receber	225.002	164.386
Créditos tributários	33.315	25.928
Créditos judiciais	10.629	138.458
PERMANENTE	74.485	81.203
Investimentos	65.467	70.725
Imóveis destinados à venda	3.669	3.669
Outros investimentos	5	6
(-) Depreciação	(15.249)	(14.420)
Imobilizado	7.917	7.991
Imóveis	7.917	7.991
Bens móveis	9.953	9.524
Outras imobilizações	(4.965)	(6.96)
(-) Depreciação	(1.01)	(2.487)
Diferido	4.598	6.180
Despesas de organização, implantação e instalação	4.598	6.180
Amortizados	(3.127)	(3.127)
TOTAL	1.226.883	1.025.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2005	2004
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	825.733	692.252
Contas a pagar	133.068	80.652
Obrigações a pagar	87.541	49.402
Impostos e encargos sociais a recolher	5.690	4.301
Provisões trabalhistas	2.808	2.493
Provisão para impostos e contribuições	36.716	24.456
Débitos de operações com seguros e resseguros	87.561	73.212
Prêmios a restituir	2.150	1.537
Operações com seguradoras	7.289	7.601
Operações com resseguradoras	38.585	34.651
Comissões sobre prêmios emitidos	14.082	12.608
Outros débitos operacionais	25.635	16.815
Depósitos de terceiros	5.702	1.777
Provisões técnicas - seguros e resseguros		
Ramos elementares e vida em grupo	599.402	536.612
Provisão de prêmios não ganhos	127.237	123.527
Sinistros a liquidar	385.931	331.106
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	78.400	75.098
Outras provisões	7.834	6.781
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	174.384	129.245
Contingências fiscais	173.423	128.393
Contingências trabalhistas	961	850
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	226.766	203.508
Capital social	129.861	129.861
Reservas de lucro	1.283	1.288
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(23)	(63)
Lucros acumulados	4.444	21.943

	2005	2004
TOTAL	1.226.883	1.025.006

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	2005	2004
PRÊMIOS RETIDOS	502.924	450.632
Prêmios de seguros	549.183	494.898
Prêmios diretos	537.041	484.478
Prêmios de cosegueros aceitos	20.103	17.166
Prêmios de cosegueros cedidos	(8.267)	(6.746)
Prêmios cedidos em resseguros	(34.822)	(36.282)
Prêmios de retrocessões	4	8
Prêmios cedidos a consórcios e fundos	(11.441)	(7.992)
VARIACÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	26.408	3.047
PRÊMIOS GANHOS	529.332	453.679
SINISTROS RETIDOS	(198.853)	(183.994)
Sinistros diretos	(260.472)	(239.873)
Sinistros de cosegueros aceitos e retrocessões	(2.304)	(4.113)
Sinistros de consórcios e fundos	(6.897)	(3.505)
Recuperação de sinistros	70.920	67.785
Salvados e ressarcimentos	1.390	1.269
Variacão da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(1.490)	(4.019)
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	(116.982)	(102.334)
Comissões	(119.407)	(109.106)
Recuperação de comissões	5.475	9.584
Variacão das despesas de comercialização diferidas	(3.050)	9.18
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(98.899)	(72.317)
Outras despesas operacionais	(101.176)	(79.696)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(32.051)	(34.488)
DESPESAS COM TRIBUTOS	(22.490)	(18.633)
RESULTADO FINANCEIRO	57.740	42.165
Recetas financeiras	75.049	57.938
Despesas financeiras	(17.309)	(15.773)
RESULTADO PATRIMONIAL	2.966	999
Recetas/despesas com imóveis de renda	1.756	459
Outros resultados/despesas patrimoniais	1.210	540
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS	121.034	80.077
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	229	(19)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	121.263	80.058
Imposto de renda	(122.053)	(113.626)
Contribuição social	(9.228)	(6.426)
LCURO LÍQUIDO	89.282	59.940
LCURO LÍQUIDO DO SEMESTRE ANTERIOR	2.531	12.685
LCURO LÍQUIDO POR AÇÃO (em R\$)	127,16	82,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais)

	2005	2004
LCURO LÍQUIDO DO SEMESTRE	89.282	59.940
Depreciações e amortizações	2.531	2.898
Lucro na venda de imobilizado	229	15
LCURO LÍQUIDO AJUSTADO	92.042	62.853
ORIGENS		
Lucro líquido ajustado	92.042	62.853
Aumento de exigível a longo prazo	24.986	13.069
Alienação de investimentos	551	266
Alienação de imobilizado	328	254
Baixa de ativo diferido	-	19
Ajustes com títulos e valores mobiliários	3	52
TOTAL DAS ORIGENS	117.910	82.852
APLICAÇÕES		
Dividendos propostos	70.000	26.391
Juros sobre o capital próprio propostos e pagos	10.374	8.609
Aquisição de imobilizado	763	1.260
Aplicações de recursos no ativo diferido	33	1.006
Quantidade de títulos e valores mobiliários	27.295	2.382
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	108.225	69.240
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	9.085	13.612
VARIACÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Capital circulante do corrente semestre	(20.713)	68.497
Capital circulante do semestre anterior	(29.708)	54.895
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	9.085	13.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia de Seguros Aliança do Brasil é uma sociedade anônima fechada, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros.
2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: (a) Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras. As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da SUSEP, bem como outros pronunciamentos de entidades profissionais. As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2005 estão sendo apresentadas em consonância com os normativos da Resolução CNSP nº 86, de 19 de agosto de 2002, e Circular SUSEP nº 295, de 14 de junho de 2005.
(b) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: • os prêmios realizados e as despesas de comercialização contabilizadas por ocasião da emissão das apólices ou futuras e reconhecidas nas contas de resultado, pelo valor proporcional, no prazo de vigência do risco e • as receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas ao IRB - Brasil Reasegurador S.A. e a outras seguradoras por regime de competência. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Os títulos e valores mobiliários estão classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração, conforme requerido pela Circular SUSEP nº 295 de 14 de junho de 2005. **(d) Títulos para negociação:** Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo contabilizados pelo valor de mercado e classificados no balanço patrimonial em "ativos circulante e realizável a longo prazo" e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração de resultado. Foram classificadas nesta categoria cotas de fundos de investimento de renda fixa públicos, privados e ações. **(e) Títulos disponíveis para venda:** Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia da Companhia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos no patrimônio líquido na conta de ganhos e perdas não realizados com títulos e valores mobiliários, incluindo dos correspondentes feitos tributários, quando aplicáveis. Foram classificadas nessa categoria os títulos públicos federais, títulos públicos federais do convênio DPVAT, debêntures, letras hipotecárias e os títulos de capitalização. **(iii) Títulos mantidos até o vencimento:** Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento de aquisição, acrescidos dos ganhos e das perdas decorrentes dos rendimentos intrínsecos. Foram classificadas nesta categoria cotas de fundos de investimento de renda fixa públicos. **(iv) Critérios de avaliação:** • Títulos públicos federais: A Companhia registrou a provisão para desvalorização e o ganho não realizado dos títulos públicos federais com base no valor de mercado, obtido através dos registros de preços do mercado secundário da ANDIMA, relativamente ao último dia útil do mês de realização, quando aplicáveis. A provisão para riscos sobre créditos é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais dos créditos a receber. Em caso de não pagamento de prêmios de seguros fracionados e em parcela única, a Companhia adota o critério de cancelamento consistente as regras estabelecidas pela Circular SUSEP nº 239, de 22 de dezembro de 2003. **(d) Ativo permanente:** Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: • Depreciação de bens calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: edificações - 4% e 8%, bens móveis - 10%, e outros (veículos e sistema de processamento de dados) - 20%. • Diferido Representado por benefícios em imóveis de terrenos e gastos com implantação de programas de computador, sendo amortizado no prazo de dois a cinco anos e de três anos, respectivamente. **(e) Provisões técnicas:** A provisão de prêmios não ganhos (PNGG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e com base no critério "pro rata" dia para todos os ramos de seguros, em consonância com a Resolução CNSP nº 123, de 24 de dezembro de 2004. Outras provisões referem-se a provisão do produto Ouro Vida Grupo Especial que, de acordo com a nota técnica atuarial e ofício SUSEP/DECONGAB nº 644, de 10 de junho de 2003, é constituída com base na diferença entre o valor da PPGG do dia de maior risco e o valor da PPGG do último dia do mês de sua constituição. **(f) Passivos circulante e realizável a longo prazo:** Os débitos de operações com seguros, resseguros e comissões, quando aplicados em consonância com as normas do CNSP e está sendo calculada de acordo com métodos atuariais, segundo nota técnica protocolada junto à SUSEP e inclui também a provisão de IRB do Convênio DPVAT, que é constituída com base nas informações fornecidas pela administração do convênio da FENASEG. A provisão para imposto de renda é constituída com base na apuração do lucro real, a alíquota-base de 15%, com adição de 10% quanto ao limite estabelecido pela legislação em vigor. A provisão para contribuição social é constituída a alíquota de 9%.

(c) Títulos disponíveis para venda: O custo atualizado e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda em 30 de junho eram os seguintes:

	2005	2004
Títulos públicos federais	138.456	127
Títulos emitidos por empresas	34.947	(45)
Títulos emitidos por instituições financeiras	5.862	(106)
TOTAL	189.265	(24)

O custo atualizado e o valor de mercado, por vencimento, estavam distribuídos da seguinte forma:

	2005	2004
A vencer em até 1 ano	87.184	87.096
A vencer entre 1 e 5 anos	102.081	102.145
TOTAL	189.265	189.241

(d) Títulos mantidos até o vencimento: O custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos classificados como títulos mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2005 era de R\$ 90.869 (2004 - R\$ 347) referentes a cotas de fundo de investimento renda fixa - públicos, a vencer em até 1 ano (R\$ 70.690) e a vencer em até 2 anos (R\$ 20.179).

4. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO: O saldo de créditos tributários no ativo circulante refere-se, principalmente, às antecipações de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 21.154 e R\$ 6.179 (2004 - R\$ 10.966 e R\$ 5.189), respectivamente, e no realizável a longo prazo, ao diferimento do imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias no montante de R\$ 121.217 e R\$ 84.858, respectivamente.

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS: Os depósitos judiciais e as contingências passivas têm o seguinte detalhamento:

	2005	2004
Imposto de renda	3.405	3.077
Contribuição social	87.184	87.096
PIG	7.942	7.056
Sinistros	121.217	84.858
Trabalhistas	114	101
Outros	191.687	138.458
TOTAL	191.687	138.458

(a) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais são oriundos de processos judiciais referentes às ações de seguros, defendidas em juízo pelos advogados da Companhia, questionamentos junto ao Fisco e ações trabalhistas. **(b) Contingências passivas:** A Companhia mantém provisões para contingências registradas no exigível a longo prazo em montante suficiente para cobrir perdas prováveis com esses processos. As provisões para contingências tributárias referem-se a: (i) imposto de renda - dedutibilidade da contribuição social em sua base de cálculo; (ii) contribuição social - alteração da alíquota de 8% para 9%; (iii) IPI - recolhimento na forma instituída na Emenda Constitucional de Revisão nº 1 e nas Medidas Provisórias que a regulamentam; e (iv) COFINS - recolhimento na forma instituída pela Lei nº 9.718/98. No 1º semestre de 2005 o montante total de contingências trabalhistas foi reclassificado do passivo circulante para o exigível a longo prazo e, para fins de comparabilidade, reclassificamos também o saldo referente a 2004. A provisão para sinistros contingentes está contabilizada no grupo de sinistros a liquidar, no passivo circulante. Detalhamos abaixo as contingências relativas a processos judiciais em andamento, as respectivas probabilidades de perdas e correspondentes provisões:

	2005	2004
Sinistros contingentes		
Probabilidade de perda:		
Provável	62.778	64.972
Provável	242.621	225.185
Remota	305.429	290.190
TOTAL	1.883	1.227

6. PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS - SEGUROS E RESSEGUROS:

	2005	2004
Despesas de comercialização diferidas	27.031	26.277
Prearmistia	9.567	10.194
Compreensivo empresarial	6.173	4.756
Compreensivo residencial	4.963	4.377
Compreensivo residencial - públicas	3.777	3.179
Penhor rural - instituições financ. públicas	1.163	1.479
Penhor rural - instituições financ. públicas	1.372	1.694
Provisão de prêmios não ganhos e outras provisões	135.071	130.408
Penhor rural - instituições financ. públicas	32.051	34.042
Vida em grupo	26.073	20.708
Compreensivo empresarial		